

FATORES HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS QUE INFLUEM NA DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Data de aceite: 01/08/2023

Maria Clara Ramos Nery

Doutora em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia, Especialista em Estudos Culturais, Educação Popular e educação transformadora: teoria e prática. Prof.

Adjunta do Curso de Pedagogia-Licenciatura da Unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, Unidade de Cruz Alta/RS.

RESUMO: Este estudo aborda os fatores sócio-históricos e socioculturais, que originam discriminação, estigmatização e violência contra pessoas LGBTQIA+ no âmbito da sociedade brasileira, tendo como objetivo gerar reflexões sobre elementos constitutivos de nossa formação cultural através da compreensão da matriz de subjetivação, para demonstrar a origem do conservadorismo presente em nosso contexto social, político, econômico e cultural e a relação com a discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+. A questão investigativa é: quais são os principais fatores sociais, culturais e históricos que contribuem para a persistência da discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil? Investigar e analisar os elementos

da matriz de subjetivação, fonte originária de discriminação, preconceito e violência no contexto da sociedade brasileira com relação aos “diferentes”, é fundamental bem como, gerar reflexões acerca deste enfoque no sentido de contribuir para investigações mais aprofundadas com relação a diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade. Metodologicamente trabalhamos com pesquisa bibliográfica para embasar nosso estudo sobre discriminação, estigmatização, exclusão e violência enfrentada pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Este estudo fornece percepções significativas sobre os aspectos sócio-históricos e culturais que levam a discriminação de pessoas LGBTQIA+.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIA+, sócio-histórico, sociocultural, discriminação, subjetivação.

ABSTRACT: This study addresses the socio-historical and socio-cultural factors that originate discrimination, stigmatization and violence against LGBTQIA+ people within Brazilian society, aiming to generate reflections on constitutive elements of our cultural formation through the understanding of the subjectivation matrix,

to demonstrate the origin of conservatism present in our social, political, economic and cultural context and the relationship with discrimination and violence against LGBTQIA+ people. The investigative question is: what are the main social, cultural and historical factors that contribute to the persistence of discrimination and violence against LGBTQIA+ people in Brazil? Investigating and analyzing the elements of the subjectivation matrix, the original source of discrimination, prejudice and violence in the context of Brazilian society in relation to the “different”. relation to sexual and gender diversity in our society. Methodologically, we worked with bibliographical research to support our study on discrimination, stigmatization, exclusion and violence faced by LGBTQIA+ people in Brazil. This study provides significant insights into the socio-historical and cultural aspects that lead to discrimination against LGBTQIA+ people.

KEYWORDS: LGBTQIA+, socio-historical, sociocultural, discrimination, subjectivation.

No contexto da sociedade brasileira, a questão da diversidade sexual e relações de gênero é complexa e multifacetada, marcada por forte conservadorismo e rechaço a diferença em termos culturais. Refletir acerca dos fatores históricos que contribuem para a presença de forte discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil se torna essencial para podermos compreender os elementos fundantes da discriminação e violência presentes contra este segmento social e, cabe salientar, que em vários contextos vamos encontrar os elementos fundantes relativos a cada situação histórica, como, por exemplo: a influência do campo religioso, a influência do processo de colonização e a transplantação da moralidade europeia, determinando uma cultura eurocêntrica presente em nossa sociedade, a ditadura militar de 1964 – 1985 presente neste país onde a perseguição aos considerados “desviantes” da norma estabelecida era uma constante, o processo de estigmatização e patologização com relação à diversidade sexual e de gênero, sendo consideradas enquanto desvios, doença.

Estes são fatores situacionais, então contribuintes para em cada período histórico podermos verificar os elementos fundantes do processo de discriminação e violência contra as pessoas LGBTQIA+. É importante reconhecer que esses determinantes históricos são interligados e complexos, e a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ resulta de uma combinação de fatores culturais, sociais, políticos e religiosos que moldaram as atitudes e as práticas ao longo do tempo. A conscientização sobre esses determinantes históricos auxilia na compreensão das raízes da discriminação e na promoção de mudanças positivas para garantir a igualdade e o respeito aos direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

Diversidade sexual e de gênero, são temas complexos e se constituem como multifacetados no contexto de nossa historicidade, que tem originado pesquisas e discussões em diversas áreas do conhecimento e, nosso intuito é abordar elementos-chave constitutivos de nossa história para buscar compreender a significação destes momentos para a manutenção da discriminação e violência contra as pessoas LGBTQIA+, até os dias atuais.

Mesmo que tenhamos tido avanços através da legislação, tais como a criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal, no ano de 2019, ainda diante de um judiciário onde a celeridade é inexistente, gerando impunidade, persistem, portanto, no âmbito legal retrocessos e resistência destas pessoas com relação ao seu reconhecimento e seus direitos de estarem em sociedade sem serem discriminados e de sofrerem violências, principalmente com relação às pessoas trans, que tem limitações com relação à igualdade e a proteção jurídica em nossa sociedade.

Muitos autores e pesquisadores, incluindo pessoas LGBTQIA+, consideram o texto legal um avanço. No entanto, ponderamos que, diante da falta de aplicabilidade em nossa realidade social e da lentidão do sistema judiciário deste país, esse avanço mencionado não se configura como um retrocesso, mas sim como uma ineficácia. Isso ocorre porque não consegue modificar os padrões culturais que discriminam e estigmatizam pessoas LGBTQIA+.

Sobre este ponto cremos que devemos pensar enquanto pesquisadores acerca da questão da diversidade sexual e de gênero neste país. Consideramos que se torna essencial a pesquisa e a reflexão em relação ao que está presente na sociedade brasileira, considerando seus elementos constitutivos em termos culturais, sociais, políticos e econômicos. Isso envolve analisar os nexos causais que geraram práticas discursivas, condutas e repertórios de ações individuais e coletivas, juntamente com seus conteúdos de sentido compartilhados socialmente. Esses elementos são responsáveis pela estigmatização, violência e discriminação em relação às pessoas LGBTQIA+.

Assim, nossa questão problematizadora é: quais são os principais fatores sociais, culturais e históricos que contribuem para a persistência da discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil? Portanto, metodologicamente trabalhamos com pesquisa bibliográfica para embasar nosso estudo sobre discriminação, estigmatização, exclusão e violência enfrentada pelas pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Por meio dessa abordagem, visamos investigar e analisar os diferentes aspectos sociais, culturais e históricos, que estão relacionados a esse cenário, utilizando fontes confiáveis e relevantes para embasar nossas conclusões.

A pesquisa bibliográfica nos permite explorar teorias, estatísticas, relatos de experiências e análises acadêmicas que contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam na persistência dessas formas de opressão. Além disso, ao utilizar essa metodologia, visamos fornecer embasamento teórico consistente para a formulação de propostas e ações que promovam a igualdade, a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas LGBTQIA+ em nossa sociedade.

Nosso enfoque teórico-metodológico ocorre no âmbito da Sociologia, considerando a relação de interdependência estabelecida entre o indivíduo e a sociedade, bem como nos Estudos Culturais, cujos enfoques envolvem a análise das relações de poder e das desigualdades presentes nas práticas culturais. Além disso, enfatiza a importância das

identidades culturais e das subculturas, e como essas são moldadas e negociadas por meio de processos culturais. Valoriza, esse campo do conhecimento, a diversidade cultural e a voz de grupos marginalizados, desafiando as narrativas hegemônicas e dominantes.

Inicialmente nossa abordagem recairá sobre o processo de colonização brasileira que instituiu nossos traços característicos típicos na esfera sociocultural, pois a esta priorizaremos; no segundo momento, nossa abordagem recai sobre normalidade e anormalidade advinda da histórica matriz de subjetivação presente na esfera sociocultural de nossa sociedade, ao ser esta que estabelece estes critérios que contribuem para a discriminação, estigmatização, violência e exclusão de pessoas LGBTQIA+. Por fim nossas considerações finais.

A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE NOSSAS CARACTERÍSTICAS TÍPICAS NA ESFERA SOCIOCULTURAL

Quando voltamos nosso pensar para o processo de nossa colonização, o eurocentrismo assume significação, pois colocou a Europa e sua cultura como o centro de atenção e de valorização, considerando-a como superior a outras culturas. O termo “eurocentrismo” refere-se a uma visão de mundo onde a Europa é o modelo, o centro de desenvolvimento cultural, econômico e político, sendo então outras culturas diferentes consideradas como inferiores e subalternas. Assim podemos dizer que temos um processo de transplantação da cultura europeia para este país, com todas as suas tradições, valores, visão de mundo, tradições etc.

Durante o período colonial, os colonizadores portugueses trouxeram consigo uma mentalidade eurocêntrica, o que se refletiu nas práticas coloniais adotadas no Brasil. Os portugueses buscaram impor sua cultura e valores sobre os povos indígenas, africanos e afrodescendentes que habitavam o território brasileiro.

O eurocentrismo está vinculado com o colonialismo, o imperialismo e o racismo e se caracteriza por uma visão parcial da história, da cultura e da política mundial. Reflete a maneira em que se ensina e se estuda a história em muitas partes do mundo, onde se considera de grande importância as contribuições do continente europeu e se minimiza ou se ignora, a história e contribuições de outras culturas. Saliente-se como elemento significativo com relação ao eurocentrismo diz respeito a forma como se julgam e se avaliam as culturas e sociedades não europeias, através dos valores e das normas europeias, o que fatalmente leva a uma falta de compreensão e apreciação limitada da diversidade cultural e das diferenças.

Não se reconhece na concepção eurocentrista de mundo uma concepção pluralista e equilibrada da história e da cultura mundial que considere a diversidade e a complexidade das sociedades e das culturas. Assim a partir da concepção eurocêntrica de mundo transplantada para “as terras brasileiras”, podemos compreender como matriz

de subjetivação este elemento fundante de nossa sociedade, que interpelou e interpela o campo educacional.

No processo de colonização do Brasil, a transplantação da cultura de Portugal teve um papel fundamental na formação da sociedade e da identidade cultural brasileira. A colonização portuguesa trouxe consigo uma série de elementos culturais que foram gradualmente incorporados à realidade brasileira, mas também foi marcada por tensões e conflitos entre a cultura dos colonizadores e as culturas indígenas e africanas já presentes no território.

A língua portuguesa foi um dos principais elementos culturais transplantados para o Brasil. A imposição do idioma português foi um meio de estabelecer a dominação cultural e facilitar a comunicação entre os colonizadores e os povos nativos. A língua portuguesa se tornou a língua oficial do Brasil e continua sendo o idioma predominante até os dias de hoje. Além do idioma, a religião católica foi outro elemento cultural transplantado para o Brasil. Os colonizadores portugueses trouxeram consigo a fé católica e impuseram-na como a religião oficial do país.

A Igreja Católica exerceu uma influência significativa na vida cotidiana e nas práticas sociais dos colonizados, contribuindo para a formação de um imaginário religioso profundamente enraizado na cultura brasileira. A cultura material também foi afetada pela transplantação cultural. Os colonizadores introduziram tecnologias, arquitetura, formas de organização urbana, métodos agrícolas e práticas comerciais que refletiam a cultura portuguesa.

No entanto, é importante destacar que a cultura portuguesa não foi simplesmente imposta de forma homogênea. O encontro com as culturas indígenas e africanas gerou um processo de hibridização cultural, no qual elementos culturais foram mesclados, adaptados e reinterpretados. Essa hibridização resultou na formação de uma cultura brasileira única, que incorpora múltiplas influências e expressões (SODRÉ, 1979).

Enfim, o processo de transplantação da cultura de Portugal para o Brasil durante a colonização teve um impacto significativo na formação da sociedade e da identidade cultural brasileira. A língua, a religião, a cultura material e outros elementos culturais portugueses foram introduzidos, mas também foram reinterpretados e hibridizados com as culturas indígenas e africanas, resultando em uma cultura brasileira diversa e multifacetada (SODRÉ, 1979).

Se pode constatar então, que a cultura brasileira é resultado de um processo que se consolida na hibridização cultural, no qual elementos de diferentes origens foram mesclados e transformados. A cultura transplantada no Brasil, marcada pela influência europeia, coexiste com as culturas indígenas e africanas, resultando em uma rica diversidade cultural e uma identidade nacional única (SODRÉ, 1979), mas esta coexistência não está contida num contexto pacífico, há o processo de dominação, portanto, de

subjetivação¹ a moldar indivíduos e grupos não pertencentes aos segmentos dominantes da sociedade. Sodré (1979) destacou a influência europeia, principalmente portuguesa, no desenvolvimento da cultura brasileira, mas também enfatizou a contribuição das culturas indígenas e africanas. A cultura transplantada no Brasil foi marcada por um caráter contraditório. Por um lado, houve a imposição de valores e modelos culturais europeus, que muitas vezes foram utilizados como instrumentos de dominação e controle colonial. Por outro lado, houve uma reelaboração desses elementos culturais, incorporando-se a eles características próprias das culturas indígenas e africanas (SODRÉ, 1979).

Constatamos a presença de um elemento singular em nossa formação cultural e, por consequência na constituição de nossa identidade cultural. Embora tenhamos nos constituído culturalmente no âmbito do hibridismo cultural (SODRÉ, 1979), este fato histórico parece não ter aberto caminho para o não rechaço ao diferente, sendo este aspecto estrutural e estruturante de nossa realidade sociocultural.

Portanto, nossa constituição histórica envolve a presença de uma matriz de subjetivação, no campo das relações de poder alicerçada no eurocentrismo, numa cultura transplantada com seus valores, hábitos e crenças, pela imposição da assimilação aos valores europeus aos indígenas e afrodescendentes e imposição do Catolicismo como universo de representações simbólico religiosas primordial, fatores que consideramos produtores de nós povo brasileiro como sujeitos. Essa matriz de subjetivação, pode ser então considerada enquanto elemento fundante da esfera sociocultural brasileira e interpela e atravessa os mais vastos campos de nossa sociedade.

Podemos afirmar que a matriz de subjetivação constitutiva de nossa dimensão sociocultural, contribuiu para a para a formação de uma mentalidade de rejeição em relação ao diferente, estabelecendo hierarquias sociais e raciais que perpetuaram desigualdades e preconceitos ao longo da história brasileira.

Foi estabelecida uma estrutura social baseada na exploração e na opressão dos povos indígenas e dos africanos escravizados. Essa estrutura hierárquica criou divisões entre diferentes grupos étnicos, culturais e raciais, com os colonizadores portugueses ocupando o topo da hierarquia social. A ideia de superioridade dos colonizadores em relação aos povos colonizados foi internalizada e perpetuada ao longo dos séculos. Essa concepção de diferença contribuiu para a formação de estereótipos e preconceitos em relação aos indígenas, aos africanos e aos afrodescendentes, que eram vistos como inferiores e tratados de forma discriminatória.

1. Subjetivação aqui em sentido foucaultiano: Foucault argumenta que a subjetivação não é simplesmente um resultado da repressão ou da dominação, mas também envolve mecanismos de auto dominação e autorregulação. Ele destaca a importância das práticas de confissão e da produção de discursos sobre a sexualidade como formas de subjetivação, em que os indivíduos são levados a se examinar, se conhecer e se disciplinar de acordo com as normas estabelecidas. Ao longo de sua obra, Foucault desenvolveu uma análise crítica das formas de subjetivação, questionando as relações de poder envolvidas nesse processo e os efeitos de normalização e exclusão que ele produz. Ele busca desestabilizar as noções tradicionais de sujeito como uma entidade fixa e coerente, argumentando que a subjetividade é fluida, histórica e sempre em processo de transformação.

O racismo, o preconceito, estão enraizados na sociedade brasileira e têm impactos significativos até os dias atuais, também em se considerando as pessoas LGBTQIA+. A discriminação racial, por exemplo, se reflete em desigualdades socioeconômicas, oportunidades limitadas e exclusão social enfrentada pela população negra. Além do aspecto racial, a concepção da diferença também pode ser observada em outras formas de discriminação exclusão presentes na cultura brasileira, como a discriminação de gênero, de orientação sexual, de religião e de classe social. O Brasil é uma sociedade marcada por desigualdades e pelo rechaço ao que é considerado diferente em relação aos padrões estabelecidos.

No entanto, é importante destacar que existem movimentos e lutas sociais que buscam combater essas formas de discriminação advinda da matriz de subjetivação e promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. O reconhecimento da diversidade e o respeito às diferenças são princípios fundamentais para superar as concepções discriminatórias, preconceituosas, estigmatizantes e construir uma cultura nacional mais justa e igualitária.

É necessário um trabalho contínuo de conscientização, educação e mudança estrutural, o que significa a desconstrução da matriz de subjetivação ao qual fomos submetidos historicamente, para enfrentar os preconceitos arraigados na sociedade brasileira e promover uma cultura que valorize e respeite a diversidade e a diferença em todas as suas manifestações

Importante, recobrar Foucault (2022) quando este argumenta que a subjetivação não é simplesmente um resultado da repressão ou da dominação, mas também envolve mecanismos de auto dominação e autorregulação. Ele destaca a importância das práticas de confissão e da produção de discursos sobre a sexualidade como formas de subjetivação, em que os indivíduos são levados a se examinar, se conhecer e se disciplinar de acordo com as normas estabelecidas.

Destaque-se que ao longo de sua obra, Foucault desenvolveu uma análise crítica das formas de subjetivação, questionando as relações de poder envolvidas nesse processo e os efeitos de normalização e exclusão que ele produz. Ele busca desestabilizar as noções tradicionais de sujeito como uma entidade fixa e coerente, argumentando que a subjetividade é fluida, histórica e sempre em processo de transformação. Para o autor, a subjetivação não é um processo natural ou inato, mas sim um processo social e histórico que envolve a internalização de normas, valores e práticas culturais que moldam e governam o comportamento humano. Em outras palavras, a subjetivação é um processo de produção de subjetividades que são conformes às normas e valores vigentes em uma determinada sociedade e época histórica.

O NORMAL E O ANORMAL NO CENÁRIO SOCIOCULTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

No contexto da sociedade brasileira na esfera sociocultural, a concepção do normal e do anormal é plena de complexidade e está sujeita a diversas influências, tanto históricas quanto sociais, dentre as quais a matriz de subjetivação que objetivamos apontar anteriormente. A definição do que é considerado normal ou anormal pode variar de acordo com as normas culturais, valores sociais, tradições e crenças dominantes em determinado momento e local.

No cenário nacional atual, ainda enfrenamos desafios relacionados com a compreensão e aceitação principalmente no âmbito da diferença, mais do que da diversidade. As normas sociais e os padrões culturais considerados aceites socialmente, podem gerar estigmas, preconceitos e discriminação em relação a indivíduos e grupos que se “desviam” das normas, principalmente quando a questão é diversidade sexual e de gênero e pessoas LGBTQIA+. Portanto, a concepção do normal e do anormal é um processo que requer uma abordagem crítica, reflexiva e sensível, considerando a diversidade cultural e as experiências individuais consideradas diferentes.

Na atualidade o normal e o anormal se encontram potencialmente relacionados às questões de gênero e sexualidade. Destaque-se que através da matriz de subjetivação traço característico típico de nossa constituição cultural e seus alicerces envolve concepções conservadoras, pois no âmbito da esfera sociocultural estrutural de nossa sociedade temos como característica o paternalismo das elites e a conseqüente acomodação conservadora, que interpelam e atravessam a concepção do normal e do anormal, no império da heteronormatividade.

Aponta Louro o seguinte: A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade, uma rejeição que se manifesta pela homofobia (LOURO, 2022, p.33). A assertiva da autora estabelece a dialética existente entre a heterossexualidade e a homossexualidade e, que, portanto, demonstra a relação de interdependência existente entre estas orientações sexuais, as quais descrevem a atração emocional, romântica e/ou sexual que uma pessoa sente em relação a outra. Porém, essa relação no contexto de nossa sociedade não se faz presente, e sim a homofobia.

Em nossa compreensão, a homofobia é um processo de polarização socialmente constituído que impede o reconhecimento das diferenças complementares entre os seres humanos e os corpos humanos. Isso ocorre porque estamos lidando com a diversidade sexual e de gênero, que diz respeito ao âmbito humano. A polarização no campo das representações na cultura estabelece práticas discursivas distintivas e, no campo das relações de poder o dispositivo discursivo assume especial significação porque moldam as concepções e nas sociabilidades. Destaque-se que Foucault, define dispositivo da seguinte forma:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicos, o dito e o não dito, são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p.244).

Foucault, em sua assertiva, deixa claro os aspectos característicos dos dispositivos que são no campo da sexualidade, facilitadores de normalização. Isso ocorre por meio da moldagem de indivíduos e grupos mediante práticas discursivas, as quais são internalizadas, produzindo efeitos de sentido no todo social por meio das interrelações. Tais aspectos constituem-se na cultura e na história as identidades sociais, que interpelam e atravessam os sujeitos a partir de diferentes realidades situacionais, instituições ou agrupamentos (LOURO, 2022).

Foucault, examina em sua obra “Os Anormais” (2001) a maneira como a sociedade lida com a normalidade e a anormalidade, especialmente no contexto das práticas de poder e controle. Para Foucault a noção de normalidade e anormalidade é um construto social, os quais são utilizadas como uma ferramenta de exclusão, dominação e controle.

Questiona as normas estabelecidas pela sociedade e argumenta que elas são arbitrárias e baseadas em relações de poder. Ele sugere que a normalidade não é um estado objetivo e estático, mas sim um conjunto de padrões e comportamentos, os quais são impostos às pessoas para manter a ordem social e reforçar o poder dos segmentos dominantes (FOUCAULT, 2001).

Com relação à anormalidade, para Foucault (2001) esta não é apenas uma categoria de pessoas consideradas “diferentes” ou “desviantes” em relação à norma, mas também é uma construção social, repetimos. Ele analisa como as instituições, como o sistema penal e o sistema de saúde mental, categorizam e controlam aqueles que são considerados anormais.

Foucault argumenta que essas instituições conseguem rotular e disciplinar indivíduos com base em critérios subjetivos e ideológicos, reforçando assim o poder e o controle do Estado. Ao desafiar o conceito de normalidade, Foucault (2001) visa desestabilizar as estruturas de poder que subjazem a sua criação e manutenção. Ele critica a tendência da sociedade em excluir e marginalizar aqueles que não se enquadram nas normas estabelecidas, questionando a natureza opressiva dessas práticas. Há que se considerar que no contexto do conservadorismo brasileiro, estruturado pela matriz de subjetivação, é comum considerar o diferente como anormal. Esse aspecto se manifesta de forma explícita nas ideias e discursos conservadores, que tendem a rejeitar e marginalizar aqueles que não se enquadram nas normas estabelecidas, consideradas legítimas pelos segmentos dominantes da sociedade.

No âmbito do conservadorismo nacional na característica típica da esfera sociocultural — paternalismo das elites e acomodação conservadora, há uma tendência

a valorizar e preservar as tradições, valores e comportamentos considerados “normais” de acordo com determinados padrões estabelecidos. Qualquer desvio desses padrões é muitas vezes rotulado como anormal ou desviante. Isso pode ser observado em questões relacionadas à sexualidade, gênero, religião, cultura e até mesmo na política. Nessa perspectiva conservadora, a diferença é frequentemente vista como uma ameaça à ordem estabelecida e ao status quo. As pessoas que não se encaixam nas normas conservadoras são muitas vezes estigmatizadas, excluídas e alvo de discriminação. Isso ocorre porque o conservadorismo tende a perpetuar uma visão de mundo fixa e estática, onde a diversidade, a diferença e a pluralidade são consideradas problemáticas. É importante ressaltar que essa visão conservadora de normalidade e anormalidade reflete valores e ideologias específicas.

Heterossexualidade e homossexualidade e mais especificamente pessoas LGBTQIA+, descrevem diferentes formas de orientação sexual que existem na diversidade humana, ou seja, são humanas demasiado humanas, em se considerando Nietzsche. A orientação sexual não pode ser concebida como uma escolha, mas uma característica natural e intrínseca de cada pessoa. São igualmente válidas e legítimas, e todas as orientações sexuais devem ser respeitadas e valorizadas. A afirmação de que a heterossexualidade é considerada “normal” e a homossexualidade é vista como “anormal” no contexto do conservadorismo brasileiro, embasado em sua matriz de subjetivação. Essa perspectiva tem suas raízes em influências culturais, religiosas e sociais que moldam as normas e valores tradicionais em nossa sociedade, bem como moldam por consequência, repertórios de ações individuais e coletivas, no campo das sociabilidades.

Em nossa sociedade é marcada a visão heteronormativa, na qual a heterossexualidade é considerada a única forma “aceitável” ou “normal” de orientação sexual. Esse posicionamento tem por base concepções tradicionais ancoradas em fundamentações religiosas que enfatizam a reprodução e a família tradicional como a base da sociedade, prática discursiva que continua presente nestes tempos de modernidade líquida (BAUMAN, 2001), em várias instâncias de nossa sociedade. Assim no cenário de nossa estrutura sociocultural, alicerçada na matriz de subjetivação, podemos verificar que esta influencia na formação da identidade e na percepção da sociedade em relação às pessoas LGBTQIA+, com critérios estigmatizantes, vistas como desvio ou anormalidade em relação às normas estabelecidas, levando a que estas pessoas enfrentem hostilidades, violência, marginalização e mesmo negação de seus direitos básicos. São significativas as palavras de Guacira Lopes Louro, quando aponta que:

O reconhecimento do “outro” daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às margens. Em nossa sociedade, a norma

que se estabelece, historicamente remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os outros sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como o “segundo sexo”, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2022 p.17-18).

A sociedade, ao categorizar os indivíduos, cria divisões e aplica rótulos que buscam definir e manter as identidades de forma estática. No entanto, é importante ressaltar que essa visão está sendo cada vez mais questionada e contestada por movimentos sociais, ativistas e pela comunidade LGBTQIA+. Há uma crescente conscientização sobre a importância de respeitar e valorizar a diversidade sexual e de gênero, reconhecendo que a orientação sexual não é uma questão de escolha, mas parte integrante da identidade de cada pessoa. A luta por direitos igualitários, pela ampliação da visibilidade LGBTQIA+ e pelo combate à discriminação tem ganhado força no Brasil, mesmo diante de fortes resistências conservadoras.

Movimentos sociais e ações afirmativas têm buscado desconstruir estereótipos, promover a inclusão e garantir a dignidade e os direitos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. Portanto, embora o conservadorismo brasileiro tenha historicamente estabelecido a heterossexualidade como “normal” e a homossexualidade como “anormal” em sua matriz de subjetivação, há uma necessidade urgente de questionar e superar esses preconceitos. A luta pela igualdade e pelo respeito à diversidade continua sendo um desafio que exige a desconstrução da matriz de subjetivação constitutiva de nossa realidade sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos fatores históricos e socioculturais, alicerçados na matriz de subjetivação, que influenciam a discriminação, estigmatização e violência contra pessoas LGBTQIA+ na sociedade brasileira, é possível observar a complexidade e a persistência desses problemas, enquanto historicamente se constituiu uma estrutura mental da população que rechaça a diferença.

Os aspectos históricos revelam uma construção social que marginaliza e exclui pessoas com base em sua orientação sexual e identidade de gênero. Durante anos, normas heteronormativas e valores conservadores foram enraizados na cultura brasileira, resultando em uma cultura de intolerância e preconceito. Além disso, fatores socioculturais desempenham um papel significativo na perpetuação dessa discriminação. Crenças religiosas, normas de gênero, papéis sociais e estereótipos contribuem para a marginalização das pessoas LGBTQIA+ e para a justificação da violência contra elas.

Esses fatores históricos e socioculturais têm impacto direto na vida cotidiana das pessoas LGBTQIA+, resultando em exclusão social, dificuldades no acesso a direitos básicos, como saúde e educação, e o aumento da vulnerabilidade a situações de violência e agressão. O combate a essa realidade discriminatória por seu conservadorismo endêmico envolve a promoção da conscientização da necessidade de desconstruir a matriz de subjetivação historicamente constituída e nesta batalha geracional modificar os elementos culturais que rechaçam a diferença.

É necessário que reflitamos sobre a questão significativa formulada por Weeks: quais são as forças culturais que modelam nossos significados sexuais? (WEEKS, 2022, p.58). Esta se constitui numa questão substancial para buscarmos analisar os processos discriminatórios e de violência contra pessoas LGBTQIA+ e outros seres denominados diferentes, estranhos, desviantes, por não estarem nos padrões considerados legítimos pelos segmentos dominantes da sociedade que são hegemônicos em seu poder.

É preciso que tenhamos o aprendizado para chegarmos a compreender o que nos diz Parmênides: nada do que é humano nos pode ser estranho, caso contrário a estrutura estabelecida pela matriz de subjetivação, manterá o rechaço a diferença impossibilitando o desenvolvimento das melhores dimensões humanas, por ser a diferença a fonte de todo o aprendizado e não no disciplinamento dos corpos e mentes, homogeneizando-os, contribuindo para que em nossa sociedade se mantenha o escuro véu da ignorância.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão**. Petrópolis. Vozes. 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo. Editora Loyola. 1996

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2001

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2016

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2010.

LOURO, Guacira L. (Org) (2022). **Pedagogias da Sexualidade**. In: O corpo educado. Belo Horizonte. Autêntica Editora.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

WEEKS, J. (2022). **O corpo e a sexualidade**. In. O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade (pp.45-104). Belo Horizonte. Autêntica Editora.